



# ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 27 DE JUNHO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROBERTO CIDADE**, com a **presença dos Deputados**: Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutora Mayara, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, Mário César Filho, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abrahim e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Abdala Fraxe, Daniel Almeida, João Luiz, Wanderley Monteiro e as Deputadas Joana Darc e Mayra Dias tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 70, 169, 485, 81, 228 e 110/2023, respectivamente. **Sem Expediente a relatar, na Fase Preliminar, o Presidente explicou que a Reunião se iniciou às nove horas e trinta minutos em razão de a Comissão de Constituição, Justiça e Redação estar em deliberação. Com a palavra, o Deputado Cabo Maciel** comemorou a inauguração do acesso ao Complexo Turístico da Serra da Valéria em Parintins pelo Governador Wilson Lima como também a inauguração de um ginásio pelo Prefeito Bi Garcia. Em outro tema, repercutiu a Lei de sua autoria que obriga a comunicação da presença de menores sem os responsáveis em hotéis, motéis e pensões lembrando que essa Lei é de suma importância no Festival Folclórico de Parintins que hoje se tornou internacional. Concluiu exaltando mais uma palestra do Proerd na Comunidade de Santo Antônio do Matupi. **Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto** lamentou a falta de água potável no interior, embora o Governador tenha implantado o Programa Água Boa que não chega às comunidades interioranas. Exibiu, no telão, o depoimento da Cacique da maior comunidade indígena de Benjamin Constant, a de Feijoal, que pede socorro em relação à água. Apresentou um Requerimento ao Secretário Marcellus Campêlo fazendo indagações





acerca da água na Comunidade do Feijoal e lembrou que destinou trezentos mil reais para a Comunidade Betânia que possui quatro mil habitantes fazer um poço artesiano. **Após, o Deputado Sinésio Campos** criticou o Prefeito David Almeida por insistir na mudança da Rodoviária de Manaus. Em outro tema, discursou sobre o Eixo Manta-Manaus exibindo no telão um resumo da rota que começa na cidade de Manta no Equador e termina no Amazonas diminuindo custos e reduzindo a viagem. Concluiu explicando que o Parlamento Amazônico irá encampar essa pauta. **Na sequência, o Deputado Comandante Dan** convidou todos a participarem de uma Sessão Especial, de sua autoria, à tarde para homenagear os pescadores e as pescadoras e exibiu uma mensagem do Ministro da Pesca e Aquicultura, Senhor André de Paula. Em outro assunto, explicou que não esteve ontem em Parintins por conta da realização de uma Audiência Pública em Iranduba. **Em seguida, o Deputado Rozenha** também mencionou a sua presença ontem em Parintins para fiscalizar as instalações do Festival Folclórico e participar das inaugurações realizadas pelo Governador Wilson Lima. Assinalou o quanto o Festival está forte e deverá ser o maior de todos os tempos e elogiou o Presidente da Casa, Deputado Roberto Cidade, e o Governo do Amazonas por investir na cultura e na economia do Amazonas. **Dando prosseguimento, o Deputado Mário César Filho** ressaltou que esteve em Tocantins na reunião do Parlamento Amazônico e parabenizou o Governador Wilson Lima pelas inaugurações em Parintins. Em outro tema, agradeceu o Governo por sancionar a Lei de sua autoria que obriga um intérprete de Libras nas instituições públicas e bancárias que é uma demanda da Comunidade Surda-Muda. Em outro assunto, lamentou que o Projeto de Lei, de sua autoria, proibindo a renovação automática de contratos, não foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação observando que os seus projetos são frutos de demandas da população. **Neste momento, o Presidente iniciou o Grande Expediente e saudou as pessoas presentes na galeria do plenário. Com a palavra, o Deputado Comandante Dan** destacou a ação da Polícia na Zona Leste mostrando o poder da Segurança Pública do Estado e louvou a iniciativa do Governo de exonerar a servidora comissionada do Hospital 28 de Agosto que estaria fraudando a saúde do Amazonas. **Em aparte, o Deputado Rozenha** esclareceu que essa operação do Gaeco que culminou na prisão da servidora começou com uma denúncia da Federação de Futebol e aplaudiu a imediata ação do Governador Wilson Lima e do Secretário de Saúde com o objetivo de banir a corrupção do Estado. **Acolhido o aparte, o Deputado Comandante Dan**, em outro tema, prestou contas da Audiência Pública realizada ontem em Iranduba e apresentou os resultados alcançados com o





Projeto Interior Mais Seguro. Neste momento, o Presidente iniciou uma Cessão de Tempo, de sua autoria, para homenagear a Escola do Legislativo José Lindoso pelo prêmio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) na modalidade Comunidade, conforme Requerimento n.º 3208/2023, e exibiu um vídeo sobre o Programa Educando para o Amazonas vencedor do Prêmio. Com a palavra, a Professora Jaci Braga, idealizadora do Programa, manifestou gratidão pelo reconhecimento de seu trabalho exaltando o apoio irrestrito do Presidente Roberto Cidade e dos demais servidores da Escola do Legislativo e clarificou o funcionamento do Programa nos rincões do Amazonas alcançando 15 municípios fortalecendo a Assembleia Legislativa. Ato contínuo, o Professor Jander de Lima Lasmar, Diretor da Escola do Legislativo, agradeceu ao Presidente Roberto Cidade por apoiar todos os Programas e citou nominalmente os servidores da Escola que fazem a diferença nesse processo. Discorreu sobre os avanços da Escola conquistados na atual gestão e a visibilidade que a Escola tem tido com os programas premiados. Concluiu entregando uma Placa comemorativa aos Deputados. Como orador seguinte, o Deputado Roberto Cidade observou que o Prêmio ABEL é da Assembleia e que se sente honrado em poder apoiar um Projeto que tem chegado aos lugares mais longínquos do Amazonas levando educação que é a sua prioridade. Dando prosseguimento, o Deputado Mário César Filho iniciou uma Cessão de Tempo em homenagem ao Dia do Químico, conforme Requerimento n.º 2955/2023, de sua autoria, e apresentou a Tabela Periódica em Braille que distribuiu a todos os Deputados. Lembrou que intercedeu junto à Secretária de Educação para que as escolas possam ter acesso à Tabela e entregou uma Placa Comemorativa ao Conselho Regional de Química da 14ª Região. Com a palavra, o Senhor Gilson da Costa Mascarenhas, Presidente do Conselho Regional de Química da 14ª Região, que rememorou a criação do Conselho e a sua expansão, como também a relevância do químico para a sociedade e da Tabela Periódica em Braille para a inclusão social. Finalizou agradecendo ao Deputado Mário César Filho pela homenagem. Após, a Cerimonialista Luana Jonhson procedeu à chamada dos nomes dos homenageados que receberam Certificados. Neste momento, o Presidente suspendeu o Grande Expediente e iniciou a Ordem do Dia fazendo verificação de quórum estando presentes os Deputados: Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abrahim e Wilker Barreto. Havendo quórum





regimental, o Presidente aprovou, com anuência do Plenário, as Atas das Sessões Ordinárias 55, 56 e 57 e das Sessões Especiais 55, 56, 57 e 58 e registrou a presença do Procurador-Geral do Estado, Giordano Bruno. Questão de Ordem, o Deputado Wilker Barreto louvou a iniciativa do Procurador estar em Plenário acompanhando uma votação. A seguir, a Secretária, Deputada Alessandra Campêlo, procedeu à leitura da Pauta, em Discussão Geral e Votação Única: **1. Projeto de Lei n.º 605/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 49/2023, “Estabelece os requisitos e as condições para que o Estado do Amazonas as suas autarquias e fundações e os devedores e as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos de natureza tributária ou não tributária inscritos em dívida ativa”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles) e Favorável Conjunto das comissões de Assuntos Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Adjuto Afonso). **Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei n.º 573/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 46/2023, “Modifica dispositivos da Lei n.º 3.430, de 3 de setembro de 2009, que reduz a base de cálculo nas operações internas com querosene de aviação (QAV) e gasolina de aviação (GAV)”.** Com Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles) e Favorável Conjunto das comissões de Assuntos Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos, na forma da emenda apresentada pelo Deputado Adjuto Afonso. **Em discussão, os Deputados: Roberto Cidade** observou que o Governador, mais uma vez, está incentivando a aviação do Amazonas e prometeu fiscalizar no sentido de reduzir o valor das passagens; **Adjuto Afonso** sugeriu que a Assembleia fizesse uma Comissão para acompanhar o valor das passagens e a frequência dos voos que são constantemente cancelados e, apesar das isenções, as empresas aéreas não resolvem o problema; **Rozenha** endossou a necessidade de fiscalização, de exigir a contrapartida e de reduzir as passagens citando o valor exorbitante que é cobrado para ir e voltar a Parintins; **Wilker Barreto** também reclamou do péssimo serviço prestado pelas empresas aéreas apesar dos benefícios dados pelo Governo e solicitou vigilância por parte da Casa e dos órgãos de defesa do consumidor; **Mário César Filho** salientou que a Comissão de Defesa do Consumidor já questionou a Empresa Azul acerca dos péssimos serviços prestados e não teve resposta e considerou um desrespeito à Casa; **Doutor George Lins** clarificou que já representou junto ao Ministério Público em relação aos serviços aéreos no Amazonas e que já trouxe essa pauta várias vezes ao Parlamento; **Felipe Souza** elogiou a atitude do





Governador Wilson Lima e cobrou a fiscalização por parte dos órgãos de controle; **Sinésio Campos** evidenciou que os órgãos fiscalizatórios precisam atuar de forma enérgica visando o benefício do consumidor final. **Em votação, aprovado; 3. Projeto de Lei n.º 564/2023, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, “Altera as Leis n.º 4.743, de 28 de dezembro de 2018, e n.º 5.803, de 16 de fevereiro de 2022, com vistas a revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e dá outras providências”.** Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles) e Favorável Conjunto das comissões de Assuntos Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado George Lins). **Em votação, aprovado. Neste momento, o Presidente anunciou que iria fazer a votação em bloco por conta de haver muitas pessoas na galeria esperando pelas Cessões de Tempo que ocorreriam após a Ordem do Dia, pedindo aos Deputados que se manifestassem caso quisessem subscrever ou discutir as matérias; no entanto, para dar uma maior transparência a esta Ata, os projetos serão reproduzidos na íntegra. 4. Projeto de Lei n.º 335/2021, dos Deputados Felipe Souza, Joana Darc e Alessandra Campêlo, “Altera dispositivos da Lei Promulgada 241, de 2015, que Consolida a Legislação relativa à Pessoa com Deficiência no Estado do Amazonas, para prever o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis como indicativo de deficiência não visível externamente”.** A matéria recebeu Substitutivo dos autores, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, que Consolida a Legislação Relativa à Pessoa com Deficiência no Estado do Amazonas para dispor sobre deficiência não visível externamente.” Com Pareceres Favoráveis, nos termos do Substitutivo, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abraham); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado por meio do Requerimento n.º 10/2023. **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado; 5. Projeto de Lei n.º 487/2021, da Deputada Doutora Mayara, “Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo e homofobia em estádios do Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Felipe I Souza); de Assuntos Econômicos (Relator: Então Deputado Ricardo Nicolau – Parecer admitido pela atual composição da CAE, nos termos do art. 168 do Regimento); de







Esporte e Lazer (Relatora: Deputada Débora Menezes); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Retirado de Pauta pela ausência da autora na hora da votação.** **6. Projeto de Lei n.º 495/2021, do Deputado Roberto Cidade, “Dispõe sobre vídeochamadas entre pacientes internados em unidades de saúde impossibilitados de receber visitas e seus familiares, no âmbito do Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau – Parecer admitido pela atual composição da CAE, nos termos do art. 168 do Regimento); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. George Lins). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 5/2023. **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado;** **7. Projeto de Lei n.º 63/2022, do Deputado Roberto Cidade, “Assegura às vítimas de violência doméstica e familiar o direito à comunicação prévia quando do relaxamento de medida de privação de liberdade ou de medida protetiva de urgência aplicada contra quem deu causa à violência e dá outras providências”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); e da Mulher, Família e Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 5/2023. **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado;** **8. Projeto de Lei n.º 94/2022, da Deputada Doutora Mayara, “Destina parte da madeira apreendida pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado do Amazonas, para construção de habitações populares, e dá outras providências”.** Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emenda do Relator, Deputado Thiago Abraham; e Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Rozenha); e de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Deputada Joana Darc). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Retirado de Pauta pela ausência da autora na hora da votação.** **10. Projeto de Lei n.º 144/2023, do Deputado Doutor George Lins, “Dispõe sobre a vedação da concessão de benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas condenadas por crimes contra a administração pública, ato de improbidade administrativa ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação





(Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Rozenha); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Adjuto Afonso). **Em discussão, o Deputado Mário César Filho** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 339/2023, do Deputado Rozenha, “Declara de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico Amazônia Sustentável”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 11. Projeto de Lei n.º 376/2023, de autoria do Deputado Rozenha, “Declara Utilidade Pública a Associação Núcleo de Assistência Professora Tereza Siqueira Tupinambá”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 12. Projeto de Lei n.º 380/2023, do Deputado Cabo Maciel, “Declara de Utilidade Pública o Instituto das Entidades Associativas do Brasil – ICEAB, e dá outras providências”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: I Deputado Delegado Péricles); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 13. Projeto de Lei n.º 408/2023, do Deputado Sinésio Campos, “Declara Utilidade Pública ao Instituto de Conservação do Meio Ambiente e da Amazônia Legal- (ICMA)”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 14. Projeto de Lei n.º 431/2023, do Deputado Mário César Filho, “Institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a importância da Terapia Nutricional no tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). **Em discussão, a Deputada Débora Menezes e o Deputado Doutor George Lins** subscreveram o Projeto. **Em votação, aprovado; 15. Projeto de Lei n.º 435/2023, do Deputado Delegado Péricles, “Declara como de Utilidade Pública a Fundação de Apoio Institucional Muraki”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 16. Projeto de Lei n.º 448/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles**





“**Institui** boas práticas de transparência em contratações pública no Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 17. Projeto de Lei n.º 459/2023, do Deputado Cabo Maciel, “Declara** de Utilidade Pública o Instituto Social Atos – IATOS, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado; 18. Projeto de Lei n.º 303/2021, do Deputado Felipe Souza, “Dispõe** sobre a instituição do serviço de denúncia de violência contra pessoas idosas através do número de whatsapp, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes), de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado George Lins), de Segurança Pública (Relator: Deputado Comandante Dan) e da Mulher, da Família e do Idoso (Relatora: Deputada Mayra Dias). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 301/2023. **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado; 19. Projeto de Lei n.º 469/2023, do Deputado Carlinhos Bessa, “Institui** a Semana de Conscientização sobre a Síndrome do Pânico”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abraham); e de Saúde e Previdência (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro). **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado; 20. Projeto de Lei n.º 4/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Institui** o Dia de Conscientização sobre a Síndrome de Di George ou Síndrome de Deleção 22q11.2”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado João Luiz) e de Saúde e Previdência (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro). **Em votação, aprovado; 21. Projeto de Lei n.º 20/2023, do Deputado Roberto Cidade, “Dispõe** sobre a Política Estadual de incentivo a Feiras Gastronômicas e a Comercialização de alimentos em Trailers, Vans, Caminhões e Veículos similares, conhecidos como ‘Food Trucks’, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá providências correlatas. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de I Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Adjuto Afonso); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado João Luiz) e de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul (Relator: Deputado Rozenha). **Em votação, aprovado; 22. Projeto de Lei n.º 478/2022, da Deputada Doutora**







**Mayara, “Dispõe sobre a isenção, para atletas de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição em corridas, caminhadas e provas de ciclismo, realizadas em vias públicas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abrahim); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dr. George Lins) e de Esporte e Lazer (Relator: Deputado Mário César Filho). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Retirado de Pauta pela ausência da autora na hora da votação. 23. Projeto de Lei n.º 399/2023, do Deputado Cristiano D’Angelo, “Institui o Dia Estadual do Avicultor, a ser comemorado anualmente em 28 de agosto, e insere a data no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; 24. Projeto de Lei n.º 475/2023, do Deputado Carlinhos Bessa, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Social Desenvolver Mais”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles) e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado George Lins). **Em votação, aprovado; 25. Projeto de Lei n.º 301/2022, do Deputado Felipe Souza, “Altera na forma que especifica a Lei nº 5.197, de 25 de maio de 2020, que Dispõe sobre o uso da telemedicina em qualquer atividade de saúde pública ou privada no âmbito do Estado do Amazonas durante a crise causada pelo Coronavírus”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado João Luiz) e de Saúde e Previdência (Relatora: Deputado Dr. Gomes). (Desarquivado por meio do Requerimento n.º 301/2023). **Em discussão, os Deputados Thiago Abrahim, Doutor George Lins, Rozenha e a Deputada Débora Menezes** subscreveram o Projeto. **Em votação, aprovado; 26. Projeto de Lei n.º 338/2022 do Deputado Adjuto Afonso, “Institui diretrizes gerais para as políticas de Fomento e Incentivo a Cooperativas e Associações especializadas em Reciclagem de resíduos sólidos no âmbito do Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles), de Assuntos Econômicos (Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto) e de Proteção aos animais, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 120/2023. **Em discussão, a Deputada Débora Menezes** subscreveu o Projeto. **Em votação, aprovado. Ato contínuo, o**





**Presidente aprovou**, com anuência do Plenário, a **Redação Final dos Projetos de Lei n.º 605/2023, 573/2023, 564/2023, 335/2021, 495/2021, 63/2022, 144/2023, 339/2023, 376/2023, 380/2023, 408/2023, 431/2023, 435/2023, 448/2023, 459/2023, 303/2021, 469/2023, 4/2023, 20/2023, 399/2023, 475/2023, 301/2022 e 338/2022**. Em seguida, encaminhou às **Comissões 6 Projetos de Lei Ordinária**, sendo **2 de autoria da Deputada Mayra Dias**, “**Institui** a Semana de Conscientização e Incentivo à Educação Não Violenta no âmbito do Estado do Amazonas”, “**Altera** na forma que especifica, a Lei nº 4.621, de 11 de Julho de 2018, que ‘Dispõe sobre a criação do Programa de esclarecimento e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas’”; **1 de autoria do Deputado Cabo Maciel**, “**Institui** a ‘Semana da Ciência, Tecnologia e Inovação’, nas escolas do ensino fundamental e médio das redes de ensino Público e Privado do Estado do Amazonas”; **2 de autoria da Deputada Joana Darc**, “**Institui** a Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Vitiligo”, “**Reconhece** os cães e gatos como sujeitos de direito, com natureza jurídica própria”; **1 de autoria do Deputado Comandante Dan**, “**Institui**, no âmbito do Estado do Amazonas, o Dia do Pescador e Pescadora, e dá outras providências”. **Após, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: João Luiz n.º 3225/2023, n.º 3232/2023 (Sessão Especial), n.º 3239, 3240, 3241, 3242 e 3243/2023; Débora Menezes n.º 3226 e 3227/2023; Thiago Abrahim n.º 3228, 3229 e 3230/2023; Comandante Dan n.º 3231/2023; Mário César Filho n.º 3233, 3236, 3237 e 3238/2023; Sinésio Campos n.º 3234/2023; Wilker Barreto n.º 3235/2023; Carlinhos Bessa n.º 3244/2023**. Retornando ao Grande Expediente, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa para que o Deputado Roberto Cidade pudesse receber o representante da Aeronáutica no Gabinete da Presidência. Com a palavra, o Deputado Wilker Barreto iniciou uma Cessão de Tempo, conforme Requerimento n.º 2975/2023, de sua autoria, denunciando que áreas produtivas nas regiões de Autazes e Careiro da Várzea estariam sendo tratadas como áreas indígenas, prejudicando os produtores rurais. Frisou que embora seja uma questão federal, tem trazido problemas à economia do Estado. Na sequência, Vereador Eduardo discursou sobre a demarcação de terras indígenas em Autazes e Careiro da Várzea e observou que muitas pessoas que não são indígenas estão de posse do Rani (Registro Civil Indígena). Salientou que o crescimento indígena na região não condiz com a realidade e pediu o apoio da Casa no sentido de se fazer justiça com aqueles que fomentam a economia do Amazonas. **Após, o Senhor Jônatas Rosa de Brito fez um**





panorama da situação de Autazes que enfrenta um problema sério porque, no Brasil, existe uma Convenção que aceita a autodeclaração indígena e, por isso, há muitas pessoas se aproveitando disso. Ressaltou que a Associação não tem nenhum problema com os direitos dos indígenas, mas essa demarcação precisa ser revista, visto que cinquenta por cento das terras de Autazes estão sendo reivindicadas como indígenas. **Como orador seguinte, o Senhor Erick Janson Oliveira** reforçou que a região está sendo usurpada pela demarcação indígena podendo inviabilizar a produção rural do Estado, pois são mais de dezessete áreas produtivas que podem se tornar território indígena. **Novamente com a palavra, o Deputado Wilker Barreto** explicou que o objetivo principal da Cessão de Tempo é tornar oficial essa questão da demarcação de terras indígenas em Autazes e Careiro da Várzea e clarificou que o Presidente da Casa está à disposição para mediar essa situação. Ponderou que todos precisam se unir para ajudar a resolver a questão porque a falta de produção pode gerar fome aos amazonenses. **Manifestaram-se os Deputados: Adjuto Afonso** esclareceu que houve uma Audiência Pública em Autazes visando discutir o problema e afirmou que a região está sendo muito prejudicada economicamente, inclusive a exploração de potássio em Autazes ainda não começou por conta de uma área demarcada aos indígenas e a produção de queijo não recebe certificação pela mesma razão. Sugeriu que a Casa criasse uma Comissão para acompanhar e intervir junto ao Governo Federal para que a solução possa beneficiar todos; **Wilker Barreto** acolheu a sugestão e pediu que o Deputado Adjuto Afonso fosse o Presidente da Comissão e que fosse realizada também uma Audiência Pública na semana que vem; **Rozenha** considerou o tema relevante e ressaltou que os povos originários têm os seus direitos, no entanto não se pode esquecer que a economia da região é importante. Assegurou que a riqueza mineral do potássio seria uma saída para muitos dilemas da população local e propôs uma contrapartida ao povo Mura a exemplo do que fazem os Estados Unidos; **Wilker Barreto** concluiu afirmando que o agronegócio e o potássio são planejamentos estratégicos para o Estado e que o Parlamento tem um papel imprescindível, por isso haverá uma Audiência Pública visando discutir de forma aprofundada o assunto. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa se colocou à disposição a fim de contribuir com o povo da região e encerrou a Cessão de Tempo. Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** posicionou-se novamente contrário à mudança da Rodoviária enfatizando que não se trata de uma pauta política, mas sim de uma questão de bom senso com a população e com a economia de Manaus. Explicou que o Terminal 6 consumiu dezesseis milhões de reais dos cofres públicos e está sem utilidade e que





o Prefeito David Almeida quer readequar o Terminal 6 gastando quatorze milhões e construir o Terminal 7, ou seja, o Prefeito atual quer desperdiçar o dinheiro público como fez o anterior. Sugeriu que a Prefeitura ouvisse os permissionários e os passageiros da Rodoviária que são contra essa mudança e que o correto seria reformar a Rodoviária local gastando menos. Expôs no telão imagens da Rodoviária de Manacapuru que foi reformada no mesmo local por um valor de três milhões de reais, enquanto o Prefeito de Manaus quer gastar mais de trinta milhões com os Terminais 6 e 7. **Em aparte, os Deputados: Rozenha** observou que a Câmara Municipal de Manaus deveria subsidiar o debate e considerou desprovida de bom senso a mudança da Rodoviária, já que o Terminal 6 está situado em uma área de total insegurança e que o local atual é estratégico. Aconselhou ao Prefeito David Almeida que se atenha à vontade dos permissionários, passageiros e deputados que querem que a Rodoviária permaneça onde está, pois a sua mudança irá piorar a vida da população do Amazonas; **Wilker Barreto** sugeriu que a Assembleia entrasse com uma Medida Cautelar junto ao Tribunal de Contas visando impedir a readequação do Terminal 6, já que seria dano ao erário porque a Rodoviária atual pode ser reformada por pouco mais de três milhões de reais, enquanto o Terminal 6 precisaria de quase quatorze milhões para ser adaptado. Frisou que o dinheiro não é só da Prefeitura é também do Estado e convidou os demais deputados a assinarem a Representação que pedirá a suspensão da obra no Terminal 6. **Acolhidos os apartes, o Deputado Sinésio Campos** concedeu a palavra ao Representante dos Permissionários da Rodoviária que apresentou um documento com mais de duas mil assinaturas contra a mudança da Rodoviária e denunciou o descaso com o local que está cheio de buracos e o Prefeito não faz nada. **Novamente com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** enfatizou que o Abaixo-Assinado contém o CPF e o telefone de contato das pessoas e endossou o seu posicionamento de que a adaptação do Terminal 6 é desperdício de dinheiro público. Finalizou reiterando que seu papel como parlamentar é buscar o melhor para o povo, sem questões partidárias ou ideológicas e que o Prefeito não estaria ouvindo a população. **A caminho do fim, a Pauta de Tramitação** foi dada como lida e constou dos **Projetos de Lei n.º 589 e 590/2023**, do Deputado Doutor Gomes; **Projeto de Lei n.º 591/2023**, do Deputado Rozenha; **Projeto de Lei n.º 592/2023**, do Deputado Felipe Souza; **Projetos de Lei n.º 593 e 594/2023**, da Deputada Joana Darc; **Projeto de Lei n.º 595/2023**, da Deputada Alessandra Campêlo; **Projeto de Lei n.º 596/2023**, do Deputado Adjuto Afonso; **Projeto de Lei n.º 597/2023**, do Deputado Carlinhos Bessa; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 53/2023**, do





Deputado João Luiz (estes em terceiro dia); **Projeto de Lei n.º 598/2023**, da Deputada Doutora Mayara; **Projeto de Lei n.º 599/2023**, do Deputado Doutor Gomes; **Projetos de Lei n.º 600, 601 e 602/2023**, do Deputado Thiago Abrahim; **Projeto de Lei n.º 603/2023**, do Deputado Rozenha; **Projeto de Lei n.º 604/2023**, do Deputado João Luiz (estes em segundo dia); **Projetos de Lei n.º 606 e 607/2023**, do Deputado Rozenha, “Dispõe sobre obrigações para organizações sociais em que participem crianças e adolescentes”; “Institui o dia estadual de valorização dos policiais penais”; **Projetos de Lei n.º 608, 609, 610 e 611/2023**, da Deputada Débora Menezes, “Assegura a pais e responsáveis o direito de vedarem a participação de seus filhos em atividades pedagógicas de gênero”; “Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado do Amazonas”; “Dispõe sobre a criação da ‘Semana Estadual da Capoterapia’”; “Institui a disponibilização de cardápio em idiomas estrangeiros em hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições e dá outras providências”; **Projeto de Lei n.º 612/2023**, do Deputado Cabo Maciel, “Declara as Ruínas de Velho Airão (Airão Velho) como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Amazonas e dá outras providências”; **Projeto de Lei n.º 613/2023**, do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre Doenças Autoimunes no âmbito do Estado do Amazonas”; **Projeto de Lei n.º 614/2023**, do Deputado Thiago Abrahim, “Dispõe sobre a prioridade na remoção de Agentes de Segurança Pública que possuam filhos ou dependentes com algum tipo de deficiência”; **Projetos de Resolução Legislativa n.º 54 e 55/2023**, da Deputada Débora Menezes, “Altera dispositivos da Resolução Legislativa Nº 375, de 29 de setembro de 2005, Regimento Interno, na forma que específica (inserção de acadêmicos universitários ao Parlamento Jovem Amazonense)”; “Dispõe sobre a criação do Programa Cidadão de Berço e dá outras providências” (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, o Presidente encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

